

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE OUVIDOR/GO
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

REFERÊNCIA: EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 002/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 8019/2025

ASSUNTO: IMPUGNAÇÃO DE EDITAL

M. FORTES ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA, por seu representante abaixo assinado e qualificado, tendo em vista o edital acima referenciado para **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA PAVIMENTAÇÃO DA ESTRADA MUNICIPAL DO PARAÍSO, NAS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO E DEMAIS ANEXOS**, vem, com fundamento no art. 164 da Lei nº 14.133/2021 e no item 1.1 do Edital, apresentar a presente:

IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

em face de exigências ilegais e restritivas relativas à QUALIFICAÇÃO TÉCNICA, constantes do subitem 9.3 do Projeto Básico Referencial (Anexo I), pelas razões de fato e de direito a seguir expostas.

1. DA TEMPESTIVIDADE

A presente impugnação é tempestiva, uma vez que apresentada dentro do prazo previsto no item 1.1.1 do Edital, ou seja, até 03 (três) dias úteis antes da data da sessão pública.

2. DO OBJETO DA LICITAÇÃO

O certame tem por objeto a contratação de serviços de pavimentação asfáltica em CBUQ, incluindo terraplenagem e sistemas de drenagem, na Estrada Municipal do Paraíso, Município de Ouvidor/GO, conforme descrito no Edital e seus anexos.

3. DAS EXIGÊNCIAS EDITALÍCIAS

Tendo em vista o item de Qualificação Técnica, 9.6.3, lemos:

9.6.3. A documentação relativa à qualificação técnica consistirá no estabelecido no subitem 9.3 do Projeto Básico Referencial – ANEXO I.

Segue extração do texto do referido anexo.

9.3. A documentação relativa à **qualificação técnica** consistirá, no mínimo, em:

9.3.1. Registro ou inscrição da empresa licitante no **Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA** e/ou **Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU**, conforme as áreas de atuação previstas no Projeto Básico e anexos, em plena validade;

9.3.2. Quanto à capacitação técnico-operacional: Apresentação de um ou mais atestados de capacidade técnica, fornecidos por Pessoa Jurídica de Direito Público ou

Privado devidamente identificada, em nome do licitante, relativo à fornecimento e execução de serviços de instalação e integração dos itens indicados abaixo, comprovando o seguinte:

Item	Descrição	Unidade	Quantidade Comprovação
1.0	TERRAPLENAGEM		
1.9	ARGILA OU BARRO PARA ATERRO/REATERRO (RETIRADO NA JAZIDA, SEM TRANSPORTE)	M³	15.014,77
1.11	TRANSPORTE DE MATERIAL DE JAZIDA	M³ X KM	216.212,62
2.0	PAVIMENTAÇÃO		
2.4	TRANSPORTE DE MATERIAL DE JAZIDA (CASCALHO)	M³ X KM	1.164.843,82
2.5	ESTABILIZAÇÃO GRANULOMÉTRICA SEM MISTURA - REF.PROCTOR: 39 GOLPES (100% P.IM.)	M³	26.353,93
2.8	CONCRETO BETUMINOSO USINADO À QUENTE-CBUQ (AC/BC)	M³	1.688,70
4.0	OBRAS COMPLEMENTARES		
4.6	DEFENSA METÁLICA SEMI-MALEÁVEL SIMPLES	M	810
5.0	INSUMOS		
5.3	CIMENTO ASFÁLTICO CAP 50/70	T	214,26

9.3.2.1. A exigência indicada no **subitem 9.3.2**, referente às parcelas de maior relevância, estão em consonância com o permitido no § 1º do Artigo 67 da Lei Feral nº 14.133/21 - valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação.

9.3.2.2. As quantidade de cada parcela de maior relevância, conforme estabelecido no **subitem 9.3.2**, obedecem ao estabelecido no § 2º do Artigo 67 da Lei Feral nº 14.133/21 - será admitida a exigência de atestados com quantidades mínimas de até 50% (cinquenta por cento) das parcelas de que trata o referido parágrafo § 1º do Artigo 67 da Lei Feral nº 14.133/21, vedadas limitações de tempo e de locais específicos relativas aos atestados.

9.3.3. Comprovação da capacitação técnico-profissional, mediante apresentação de **Certidão de Acervo Técnico – CAT**, expedida pelo CREA da região pertinente ou da sede do licitante, nos termos da legislação aplicável, em nome do(s) responsável(is) técnico(s) e/ou membros da equipe técnica (**Engenheiro Eletricista, Eletrônico ou de Telecomunicações**) que participarão dos serviços, que demonstre a **Anotação de Responsabilidade Técnica - ART** ou o **Registro de Responsabilidade Técnica – RRT**, relativo à execução serviços compatíveis com as características do objeto da presente licitação, conforme indicado no **subitem 9.3.2**.

9.3.3.1. Os responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica acima elencados deverão pertencer ao quadro permanente da empresa licitante, na data prevista para entrega da proposta, entendendo-se como tal, para fins deste certame, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato social/estatuto social; o administrador ou o diretor; o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; e o prestador de serviços com contrato escrito firmado com o

licitante, ou com declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso o licitante se sagre vencedor desta licitação.

9.3.3.2. A comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, deve ocorrer no ato da assinatura do contrato, confirmando a declaração de contratação futura do responsável técnico detentor do atestado apresentado.

9.3.3.2.1. No decorrer da execução dos serviços, os profissionais de que trata este subitem poderão ser substituídos por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que a substituição seja aprovada pela Administração.

4. DAS ILEGALIDADES NAS EXIGÊNCIAS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

4.1. Exigência de comprovação de experiência idêntica ao objeto

O Projeto Básico Referencial exige comprovação de capacidade técnica por meio de atestados que demonstrem execução de serviços com características idênticas ou extremamente específicas ao objeto licitado, o que ultrapassa os limites legais da qualificação técnica.

Tal exigência viola diretamente o art. 67, §1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, que autoriza apenas a comprovação de aptidão para desempenho de atividade compatível em características, quantidades e prazos, e não idêntica.

Conforme entendimento consolidado do TCU: “A exigência de atestado com objeto idêntico restringe indevidamente a competitividade do certame.” (Acórdão TCU nº 2622/2013 – Plenário)

Quanto os itens relativos às Obras Complementares, deve-se esclarecer a aceitação de serviços similares de contenção lateral, como barreiras e guarda-corpos além dos variados tipos de defesa metálica.

Quanto aos itens relativos à transporte e fornecimento de materiais, o edital falha em esclarecer e justificar de forma objetiva a exigência, baseando-se apenas à representatividade de valor, por se tratar de obra de engenharia que demanda técnica que excede em muito o fornecimento de materiais, que são, em parte, de responsabilidade de terceiros.

Além disto não há clareza quanto a conversão das unidades de medida para os itens, o que demonstra ainda mais a restrição do certame, não havendo condição de julgamento objetivo para serviços comprovados com unidades de medida diversas ao listado no Anexo I do Edital.

CONSIDERANDO ainda os princípios do Art. 5º da lei 14.133/2021 Art. 18 Inciso IX, no que tange a razoabilidade, a competitividade e a proporcionalidade.

As exigências impugnadas afrontam diretamente:

- Princípio da competitividade
- Princípio da isonomia
- Princípio da proporcionalidade
- Princípio do julgamento objetivo

Todos expressamente previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

5. DO PEDIDO

Diante do exposto, requer-se:

- a) O acolhimento da presente impugnação;
- b) A revisão do subitem 9.3 do Projeto Básico Referencial (Anexo I), para:
 - admitir comprovação por serviços similares, e não idênticos;
 - adequar quantitativos técnicos, com possibilidade de conversão de unidades;
- c) A suspensão do certame, caso necessário, com a republicação do edital e reabertura de prazos, conforme item 1.1.4 do Edital

Sem mais, solicitamos as devidas providências.

Aparecida de Goiânia (GO), 28 de janeiro de 2026.



M. FORTES ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA
CNPJ 07.265.785/0001-73
WALBER ALVES LOBO
REPRESENTANTE LEGAL